

## Entre o reconhecimento e a reificação: o dilema da diversidade nas atuais políticas culturais recifenses

Michely Peres de Andrade<sup>1</sup>

**Resumo:** A valorização da diversidade cultural e o reconhecimento de povos e grupos historicamente discriminados são as principais diretrizes divulgadas nas atuais políticas culturais brasileiras, articuladas pelos chamados *Pontos de Cultura*. Partindo da ação destes últimos na cidade do Recife, o exercício aqui proposto consiste em identificar a contradição entre essencialismo e construtivismo no ideário de diversidade cultural que orienta as políticas públicas destinadas à cultura no Brasil.

**Palavras-chave:** Política cultural, identidade, diversidade, reconhecimento.

**Resumen:** La valorización de la diversidad cultural y el reconocimiento de pueblos y grupos históricamente discriminados son las principales directrices presentadas en las actuales políticas culturales brasileñas, articuladas por los llamados Puntos del Cultura. A partir de la acción de estos últimos en la ciudad del Recife, el ejercicio que aquí se propone es identificar la contradicción entre esencialismo y constructivismo en el ideal de diversidad cultural que orienta las políticas públicas destinadas a la cultura en Brasil.

**Palabras-clave:** Política cultural, identidad, diversidad, reconocimiento.

**Abstract:** Cultural difference valuation and recognition of historically discriminated people and groups are the main guidelines disseminated in current Brazilian Cultural Policies, articulated by the called Culture Points. Starting from the action of Culture Points in the city of Recife, we intend identify the contradiction among essentialism and constructivism in the ideal of cultural difference that guides the public policies for the culture in Brazil.

**KEYWORDS:** Cultural policy, identity, diversity, recognition.

### As políticas públicas destinadas à cultura no Brasil (1930-2000)

Em linhas gerais, as políticas públicas destinadas à cultura abarcam desde a preservação de monumentos históricos até o fomento da cinematografia, passando por diversas linguagens artísticas como as artes plásticas, o teatro, a música etc. Mas como afirma Enrique Saravia (2001), as ações públicas destinadas à cultura estão quase sempre sujeitas a linhas políticas e ideológicas, que englobam desde a antiga distinção entre cultura erudita, cultura popular e cultura de massas, até a tensão do nacional *versus* o cosmopolita e a ação das indústrias culturais. Frequentemente, esses são alguns dos temas que integram o conjunto de problemas a partir de cujas respostas serão feitos os investimentos e

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora substituta do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição e desenvolve sua pesquisa de doutorado sobre o papel das experiências populares em audiovisual na consolidação de espaços democráticos alternativos no Brasil.

alocados os recursos.

No Brasil, as primeiras tentativas de políticas culturais estiveram orientadas por uma linha ideológica bastante presente na formação dos Estados modernos, a saber, a necessidade em forjar uma identidade nacional. Mas a concepção de identidade, orientada pelo ideal de “unidade nacional”, não foi capaz de abarcar toda a pluralidade social brasileira e o Estado precisou elaborar políticas inclusivistas direcionadas às manifestações e práticas que permaneciam fora do seu projeto civilizatório e europeizante. Como nos mostra Durval Muniz de Albuquerque (2007), à medida que a sociedade brasileira se complexifica, mais diferenciadas passam a ser as demandas que o Estado recebe em relação ao apoio e reconhecimento de determinadas manifestações culturais.

Somente na década de 1930 o Brasil conheceu um desenvolvimento institucional sistemático na área da cultura, com forte investimento político, simbólico e financeiro no setor. Nesse período, o debate público sobre aquilo que seria compreendido como identidade nacional possuiu fortes implicações políticas. A intervenção sistemática do Estado brasileiro na cultura desse período ocorre a partir do ideário de integração nacional, centralizando os poderes regionais e locais. Para isso, o sentimento de brasilidade se transformou em um recurso extremamente importante, cujo objetivo era reunir a pluralidade social brasileira em torno do poder central, que contou com uma intensa articulação entre o Estado, a elite e os intelectuais.

A valorização da nacionalidade, na busca da construção do “homem brasileiro”, orientou as ações do governo de Getulio Vargas na área cultural, que utilizou de noções como mestiçagem e sincretismo cultural para forjar as marcas da nossa suposta identidade nacional. As políticas culturais, nesse sentido, tinham como objetivo central forjar um sentimento de brasilidade, de unidade, no lugar da celebração da diversidade de culturas, etnias e crenças. O debate sobre identidade nacional e diversidade cultural, portanto, ganha um caráter conservador na era getulista e suas políticas culturais ajudarão a fomentar o discurso de neutralização das diferenças.

Essa é uma das características que estará presente também nas políticas culturais do governo militar. Durante os anos de chumbo, é desenvolvido o Conselho Federal de Cultura (CFC), que reunia diversos intelectuais com o objetivo de elaborar uma política cultural em nível nacional. A cultura popular, nesse contexto, passa a ser concebida como um elemento central da mitologia nacionalista verde-amarelo (Barbalho, 2007). Mais uma vez, o lema da miscigenação servirá de formação discursiva na construção de um ideal de identidade nacional, pautada pelo encontro harmônico de culturas, de um Brasil unificado, sem contradições.

Nas políticas culturais administradas pelo governo militar havia uma tendência em essencializar as noções de “identidade cultural” e “cultura popular”, que deveriam preservar, segundo os seus mentores, as seguintes características: originalidade, genuinidade, tradição, enraizamento, vocação, perenidade, e, sobretudo, “consciência nacional” (Idem).

Outro elemento importante a ser enfatizado diz respeito ao processo de “modernização da cultura” operacionalizada pelo governo militar nos anos de 1970. Como nos informa Rubim (2007), se até 1968, mais ou menos, a produção cultural predominante vinha do circuito escolar-universitário, após esse período, a produção cultural será intensamente midiaticizada e o governo possuía motivos políticos e econômicos para isso. Segundo o autor, a partir desse período, a diversidade cultural brasileira passa a ser administrada pela indústria cultural e pelos meios de comunicação, setor privilegiado na agenda das políticas culturais da época.

Curiosamente, os mesmos meios conduzirão, logo em seguida, o processo de redemocratização do país, mas serão pouco atuantes nas exigências de uma política pública direcionada à produção e ao consumo cultural. Essa falta de iniciativas públicas será reforçada durante os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, que marcados pela euforia neoliberal, tornarão as políticas culturais sujeitas às leis do mercado e de incentivo fiscal.

Embora os temas da brasilidade e da segurança nacional não fossem questões centrais na agenda política do governo FHC, jargões como “identidade nacional” “diversidade cultural” estiveram presentes nas medidas de incentivo e formação de um mercado nacional e internacional, que fossem capazes de consumir a “diversidade de bens culturais” produzidos no Brasil. Nesse período, a parceria entre Estado e mercado reforça o papel da cultura como mais um setor de investimento para o país, geração de empregos e oportunidades de lucro.

Em contraposição a essa orientação política, no início do século XXI percebe-se uma renovada valorização da diversidade cultural, resultante de uma série de inquietações surgidas na esteira da globalização da economia. A maior, entre elas, diz respeito ao argumento de entidades internacionais sobre a suposta homogeneização da cultura, ocasionada pela hegemonia econômica norte-americana. Aos poucos, esse debate ganhará repercussão mundial e em 2005 será reforçado pela *Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural*, promovida pela UNESCO, na cidade de Paris, que revisará os rumos do trabalho iniciado em 1982, com a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. O evento trará uma série de implicações para as políticas públicas destinadas à cultura no governo Lula, que conduzirão a criação do *Sistema Nacional de Cultura* e a elaboração do *Plano Nacional de Cultura*.

O objetivo do *Sistema Nacional de Cultura* é definir junto aos estados e municípios, representados pelos respectivos secretários de cultura, uma agenda para coordenar planos e ações públicas para a cultura em todo o país. A primeira iniciativa do Ministério da Cultura, nesse sentido, foi possibilitar uma discussão ampla com diversos setores da sociedade civil, ocorrida na ocasião de seminários abertos ao público em todo o país. Com essa medida, a intenção foi conhecer as demandas sociais e consolidar, a partir dessas demandas, o *Plano Nacional de Cultura*, que terá validade por dez anos, fator que o consolida como um plano de Estado e não um plano de governo.

É importante enfatizar que as emendas que constituem o *Plano Nacional de Cultura* são resultantes do compromisso que o anterior ministro da cultura, Gilberto Gil, assumiu com a UNESCO na já mencionada *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Elegendo a cultura como um dos principais indicadores de desenvolvimento social e econômico, a UNESCO tem promovido uma campanha de valorização da “diversidade cultural” em todo o mundo. Dentre os diversos temas debatidos no evento, relativos à “valorização da diversidade cultural”, um aspecto se destaca: a importância da cultura como *locus* de reconhecimento e empoderamento de comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade e de exclusão social.

### **As atuais políticas públicas destinadas à cultura no Brasil e na capital pernambucana**

Convergindo com os valores que permeiam o debate internacional sobre a questão da diversidade cultural, percebe-se que a noção de identidade nacional nas atuais políticas culturais brasileiras se pluralizou. Nas diretrizes do *Plano Nacional de Cultura*, as antigas referências a uma “identidade nacional” são substituídas por jargões que exaltam a ideia de “diversos brasis”. Além disso, as políticas culturais atuais ressaltam a preocupação em revelar a pluralidade cultural brasileira, apontando para a incorporação de manifestações culturais historicamente excluídas.

Sob esse aspecto, desde os primeiros meses da elaboração e do processo de tramitação do PNC, os recifenses se mostraram bastantes receptivos às suas diretrizes. As práticas discursivas que tem publicizado o Recife como a “capital multicultural do Brasil”, em processo de sedimentação já nos primeiros anos de mandato do ex-prefeito João Paulo (PT), a partir de 2001, contou com uma forte atuação da sua secretaria de cultura, produtores e artistas atentos ao papel central que a produção cultural assumia nas sociedades contemporâneas.

Porém, somente no período de 2004-2008, as políticas públicas destinadas à cultura ganharam maior sistematicidade, com a efetivação do *Programa Recife Multicultural* e a

elaboração do *Plano Municipal de Cultura*, que assim como o PNC, passou a entrar em vigor em 2009, com validade prevista até 2019. Nesse contexto, governo municipal e governo federal passaram a atuar conjuntamente na aplicação de projetos em comum na cidade e na própria elaboração daquilo que viria a ser uma política cultural em nível nacional.

As ações voltadas ao cumprimento dos objetivos do *Plano Nacional de Cultura* em nível local são articuladas através dos chamados *Pontos de cultura*, que consistem em ação prioritária e o maior ponto de articulações das demais atividades do Programa Cultura Viva. Segundo o Ministério da Cultura:

“Os Pontos de Cultura São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Pode ser instalado em uma casa, ou em um grande centro cultural. A partir desse Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, ou mesmo a garagem de algum voluntário. Quando firmado o convênio com o MinC, o Ponto de Cultura recebe a quantia de R\$ 185 mil, em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura” (Minc, 2010).

Os Pontos de cultura são responsáveis por “ampliar a produção e circulação de produtos culturais alternativos, visando públicos que dificilmente teriam acesso a meios formais de produção e difusão, formação específica e oportunidades de atuação nos campos da comunicação e das artes” (Minc, 2008).

Há aproximadamente 2.000 Pontos de Cultura espalhados pelo país; dentre estes, 118 estão localizados no estado de Pernambuco, após o processo de estadualização do programa. Todos eles já atuavam como coletivos artísticos, produtoras, organizações não governamentais ou eram simplesmente manifestações populares locais. Em linhas gerais, são entidades que mantinham atividades na área da produção cultural e foram implementados como *Pontos de cultura* pelo Minc e pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), nos últimos seis anos.

De acordo com as áreas de atuação apresentadas pelas entidades proponentes e divulgadas pela FUNDARPE, há sete matrizes gerais que encabeçam a atuação dos pontos de cultura e os trabalhos desenvolvidos pelos mesmos nas diversas comunidades. São elas:

a indígena; a africana; a quilombola (como desdobramento da africana); a sociocultural com ênfase nas questões de gênero; a sociocultural com ênfase na inclusão social de jovens e crianças; a matriz da cultura popular e a matriz estética.

De acordo com um dos textos oferecidos pela Secretaria de Cultura, as políticas culturais recifenses devem:

“Reconhecer, valorizar, dar visibilidade e apoiar as múltiplas expressões culturais, contemplando as diversas manifestações: eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes; e, reconhecendo as dinâmicas inovadoras, também aquelas gestadas nos diferentes movimentos sociais – comunitários, religiosos, étnicos, de gênero, entre outros” (Recife, 2008).

Embora haja certa pluralidade das matrizes trabalhadas em Pernambuco e, especificamente, em Recife, a maioria dos Pontos de Cultura desenvolve trabalhos na área da educação e da inclusão de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, confirmando o principal papel que a cultura tem adquirido no interior das políticas culturais brasileiras. Como sugere outro documento:

“Devemos estimular, através da cultura, o exercício da cidadania e da auto-estima dos recifenses, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade. Os esforços em direção a uma “valorização da diversidade cultural”, por sua vez, deve estar relacionada umbilicalmente à noção de “multiculturalidade” (Recife, 2008)”.

Um dos aspectos recorrentes nos diversos discursos proferidos por representantes locais, artistas e membros de *Pontos de cultura* diz respeito ao caráter privilegiado que as políticas de reconhecimento têm assumido no combate à desigualdade social. Em contrapartida, diversos autores têm chamado a atenção para o perigo da reificação que as políticas de identidade podem gerar.

### **Entre o reconhecimento e a reificação: quem precisa de identidade?**

Segundo Andrea Semprini (1999), mundialmente, o multiculturalismo tem se constituído numa das matrizes mais definidoras das políticas públicas destinadas à cultura. Na sua perspectiva, essa matriz possui duas orientações gerais. A primeira delas é política, limitada às reivindicações das minorias com o objetivo de conquistar direitos sociais e / ou políticos específicos dentro de um Estado nacional. A segunda orientação, por sua vez, é cultural, concentrada nas reivindicações de grupos que não têm necessariamente uma base objetivamente étnica, política ou nacional. São grupos ou movimentos sociais, estruturados em torno de um sistema de valores comuns, de um sentimento de identidade ou pertença coletiva, ou mesmo de uma experiência de marginalização (Idem).

No caso das políticas culturais recifenses, a segunda dimensão parece ser a mais privilegiada. Essa distinção, porém, demonstra uma polaridade entre cultura e política, numa época em que os dois campos sociais estão cada vez mais imbricados, transformando-se em dimensões híbridas nas sociedades complexas.

Esse argumento é contraposto à teoria política clássica, que afirmou, durante longo tempo, que os movimentos sociais, as práticas cotidianas e as expressões culturais e artísticas, de maneira geral, desempenhavam um papel secundário nos processos de negociação e participação política. A teoria política clássica restringiu suas análises, portanto, às instituições reconhecidas como espaços “eminentemente políticos”, tais como partidos e sindicatos.

Por outro lado, muitos dos autores que têm se dedicado ao estudo dos movimentos sociais na contemporaneidade afirmam que nem a cultura, nem a política devem ser analisadas como esferas autônomas e separadas, observando o potencial das políticas culturais para a promoção da mudança social.<sup>2</sup> As políticas culturais observadas por esses autores são aquelas que emergem do interior dos movimentos sociais e não do Estado, o que redefine o próprio conceito de política cultural.

As políticas culturais, segundo autores como Ernesto Laclau (1983; 2006), Chantal Mouffe (2003), Alberto Melucci (2001; 2005) e Evelina Dagnino (2000), devem ser definidas como articulações discursivas híbridas que mostram contrastes significativos em relação às culturas dominantes. Num sentido amplo, referem-se à política cultural quando o cultural torna-se fato político.

Tal processo fez ruir a visão do “fazer política” como um espaço fechado e homogêneo. Na esteira dessas re-significações, vimos emergir a noção de “redes” e “teias”, ou seja, redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam os movimentos sociais ao longo dos fluxos e refluxos de mobilização. Muitas vezes são bases afetivas, laços familiares, comunitários, étnicos, entre outros, que dão força para determinados movimentos sociais contemporâneos; a exemplo dos *Pontos de cultura*.

Alguns dos autores citados traduzem locais aparentemente “apolíticos”, tais como, bancas de mercado público, bares, pátios e manifestações culturais, como espaços que contribuem para a reelaboração das crenças e práticas culturais locais; além de serem lugares importantes para a discussão e mobilização. Esses lugares são terrenos férteis para repensar a política, para proliferar espaços públicos alternativos, levando as pessoas para

---

<sup>2</sup> Ver os trabalhos de MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis, Editora Vozes, 2001; ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000 e LACLAU, Ernesto. *Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social*, CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano), Amsterdã, Outubro de 1983.

as ruas. Tal argumento sugere que a proliferação de públicos alternativos dos movimentos sociais, configurados a partir de redes e teias político-comunicacionais, é positiva para a democracia e para a luta por reconhecimento político de grupos marginalizados.

Em contrapartida, no texto do *Plano Municipal de Cultura do Recife*, lamenta-se o fato das manifestações culturais ainda serem concebidas como secundárias na vida social. No lugar do apelo político, a economia é o elemento chave da argumentação:

“A maior barreira para o desenvolvimento da economia da cultura na cidade do Recife continua sendo a visão limitada que grande parte dos atores da política e da economia local tem da cultura, vendo apenas o seu papel simbólico, dando, ainda, pouca importância à sua dimensão econômica”. (Recife, 2008, p. 42)

Embora o discurso demonstre uma crescente instrumentalização da cultura na sua forma neoliberal, os *Pontos de Cultura* e as políticas públicas atuais têm dado novos significados às interpretações culturais dominantes, desafiando práticas estabelecidas e re-significando noções predominantes de cidadania e democracia. No entanto, precisamos analisar os discursos da diversidade e da multiculturalidade que orientam os *Pontos de cultura*, questionando-nos se além de exigirem inclusão, tais programas realizam contestações culturais e uma real política da diferença.

Afirmo isto porque em contraposição ao discurso da diversidade, que muitas vezes corrobora com uma visão essencialista de identidade cultural, a política da diferença é marcada pela necessidade de reconhecimento do Outro, do caráter antagônico que marca as relações entre as diferenças e a elaboração de práticas que levem em consideração o conflito.

De acordo com Bhabha (2005), Costa (2006) e Hall (2006), enquanto a diversidade é dada, a diferença é construída no processo mesmo de sua manifestação. Ela não seria uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado e sim um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, em contraposição à idéia de identidades totalizantes, puras e essencialistas.

Enquanto as noções de “diversidade cultural” e “identidade”, como foram expostas no primeiro tópico deste trabalho, podem estar a serviço de políticas integralistas, cuja referência a um centro continue existindo, a análise da diferença cultural e da identificação propõe uma idéia de sujeito dialógico e transferencial à maneira da psicanálise. “Ele é constituído através do Outro, o que sugere que a agência da identificação nunca é pura ou holística. As designações da diferença cultural interpelam formas de identificação que são sempre incompletas” (Bhabha, 2005, p. 228).

O eu dialógico é empregado para mostrar como a identidade de um indivíduo ou grupo vai se constituindo pelo contato com o Outro, através de uma troca contínua que

permite ao self estruturar-se e definir-se pela comparação e pela diferença (Hall, 2006, p.101). Nesse sentido, a valorização da diferença é importante porque permite ao indivíduo ou grupo “distanciar-se” de sua identidade, colocá-la em jogo.

Retomando as análises sobre a atuação dos *Pontos de cultura* em Recife, observa-se que os projetos que trabalham com a inclusão e a formação cultural de jovens possuem maior representatividade numérica em relação àquelas que trabalham com a problemática do reconhecimento étnico e do “resgate das raízes populares”. Entrementes, sob o ponto de vista qualitativo, jargões como “resgate da cultura popular” e “valorização das origens étnicas” são os mais recorrentes nas práticas discursivas das políticas culturais pernambucanas, em especial, na capital.

Um dos conflitos mais comuns que encontramos no projeto *Recife Multicultural*, por exemplo, diz respeito ao dilema essencialismo *versus* construtivismo, isto é, a contradição entre o discurso que reforça o ideário de busca dos traços culturais “perdidos” pela urbanização e modernização e a base epistemológica construtivista, que percebe as identidades como construídas e negociadas num processo contínuo. Com a finalidade de unificar a “comunidade pernambucana” e forjar uma identidade baseada, sobretudo, na idéia de tradição das manifestações populares, noções como “raiz cultural” e “resgate cultural” são freqüentemente utilizados em prol da legitimação de um comportamento “tipicamente pernambucano” ou “tipicamente popular”, características que se contrapõem à lógica da política da diferença.

Nesse suposto processo de negociação identitária, onde elementos como originalidade, tradição e enraizamento são os aspectos mais privilegiados, tal discurso pode gerar efeitos contrários, contribuindo para a reprodução de estereótipos e reificações identitárias. Autores como Nancy Fraser (2002) percebem que a proeminência da cultura sobre a política pode gerar efeitos negativos sobre as perspectivas de justiça social. Ela identifica dois problemas importantes nas políticas culturais atuais: o problema da “substituição” e o da “reificação”. Na perspectiva de Fraser, a justiça social deve ser resultante de um processo bi-focal, ou seja, que privilegie concomitantemente a política do reconhecimento e uma política de redistribuição.

Segundo o seu diagnóstico, parece que o centro de gravidade foi transferido da redistribuição para o reconhecimento, devido à supervalorização da cultura em detrimento da economia e da política. Sob esse ponto de vista, as atuais lutas por reconhecimento não contribuem necessariamente para complementar e aprofundar as lutas por redistribuição igualitária. Ao contrário, tais ações podem produzir um efeito inverso no contexto de um neoliberalismo em ascensão, ou seja, pode contribuir para deslocar ou ofuscar as necessidades por redistribuição. Para Fraser, estaríamos trocando um paradigma truncado

por outro, quer dizer, um economicismo por um culturalismo e a esse fenômeno ela denomina de problema da *substituição* (Idem).

O outro problema identificado por Fraser corresponde à *reificação*<sup>3</sup>, que emerge da intensa “revalorização identitária”, trabalhada por diversos grupos que lutam por reconhecimento. A autora considera que a centralidade das políticas culturais pode contribuir para a reificação de identidades sociais e fomentar um comunitarismo repressivo. Nestes casos, as lutas por reconhecimento não fomentam a interação e o respeito entre as diferenças em contextos cada vez mais pluralistas, mas tendem antes a encorajar o separatismo e a formação de enclaves grupais (2002).

As políticas de identidade, na perspectiva da autora, colaboram para um falso reconhecimento. Em primeiro lugar, porque tende a “reificar as identidades de grupo e a ocultar eixos entrecruzados de subordinação”. Conseqüentemente, pode ajudar a “reciclar estereótipos relativos a grupos, ao mesmo tempo em que fomenta o separatismo e o comunitarismo repressivo”. Além disso, “o modelo identitário trata o falso reconhecimento como um mal cultural independente e, como conseqüência, oculta as suas ligações com a má distribuição, impedindo assim os esforços para combater simultaneamente ambos os aspectos da injustiça” (FRASER, 2001, p. 253). Portanto, ela conclui afirmando que na medida em que a ênfase no reconhecimento está levando a uma substituição das políticas de redistribuição, ele pode colaborar efetivamente para a perpetuação da desigualdade econômica.

Cautela ou paranóia? Somente uma análise que possa mensurar os efeitos das políticas de reconhecimento sobre as condições materiais dos indivíduos pode responder. Mas como uma pesquisa pode mensurar os efeitos positivos ou negativos das políticas de reconhecimento colocadas em prática pelas atuais políticas culturais? Fraser propõe examinar a relação entre reconhecimento e redistribuição, teorizando sobre o modo pelo qual desigualdade econômica e desrespeito cultural estão muitas vezes entrelaçados e apoiados um ao outro. Segundo a autora, injustiça econômica e desrespeito simbólico estão imbricados dialeticamente.

A sua sugestão é extremamente pertinente para pensarmos os limites das políticas de reconhecimento e as imbricações entre cultura e política, cultura e economia nas sociedades periféricas. Se, como afirmamos anteriormente, não podemos mais conceber cultura e política como esferas separadas e autônomas, devido às imbricações que ambas têm sofrido na contemporaneidade, elas também não podem ser desvinculadas, quando a

---

<sup>3</sup> Essa problemática foi denominada por Hobsbawn de “a invenção das tradições” enquanto Freud a diagnosticou como “o narcisismo das pequenas diferenças”, In: HALL, Stuart, “A questão multicultural”, já citado anteriormente.

problemática diz respeito à redistribuição econômica. E isso não significa utilizar a cultura como mero recurso orientado para o desenvolvimento do mercado de trabalho, criando novas profissões e postos de trabalho a partir das políticas culturais.

Refletindo sobre essas questões, Fraser distingue as políticas de transformação em contraposição às políticas de afirmação. Enquanto estas são remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais, sem perturbar o arcabouço que os gera, as primeiras são orientadas para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz. Segundo Fraser, remédios afirmativos para injustiças culturais são altamente associados ao que ela chama de “multiculturalismo dominante”:

“Esse tipo de multiculturalismo propõe reparar o desrespeito por meio da reavaliação das identidades injustamente desvalorizadas de grupos, enquanto deixa intacto tanto o conteúdo dessas identidades quanto as diferenciações de grupo que as embasam. Remédios transformativos, em contraste, são associados à desconstrução. Eles reparariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Pela desestabilização das identidades e diferenciações de grupos existentes, esses remédios não iriam apenas elevar a auto-estima dos integrantes dos grupos atualmente desrespeitados, mas mudariam a percepção de todos sobre a individualidade” (2001, p. 266)

A desconstrução se opõe ao tipo de cristalização de diferenças, normalmente, presentes nos discursos do “resgate cultural”. Estes discursos podem contribuir para o problema da reificação, identificado pela autora. Os remédios transformativos, ao contrário, reduzem a desigualdade social sem criar classes ou grupos estigmatizados de pessoas vulneráveis, percebidas como beneficiárias de vantagens especiais; uma crítica bastante comum entre grupos e artistas não beneficiados pelos recursos públicos destinados à cultura na capital pernambucana.

Finalizando, gostaria de sugerir que a atuação dos *Pontos de cultura* e das políticas culturais, de uma maneira geral, precisa ser analisada com maior sistematicidade. Para isso, deixaremos as considerações de Fraser como uma das pistas possíveis para o questionamento acerca dos discursos da diversidade cultural em circulação na sociedade civil, que ao invés de desestabilizar e desconstruir identidades reificadas, pode contribuir para a sua estigmatização em períodos de intolerância ou indiferença.

## Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval M. (2007). “Gestão ou gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea” in Rubim, Antônio; Barbalho, Alexandre (orgs.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA.

ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (2000). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

BARBALHO, Alexandre (2007). "Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença" in Rubim, Antônio; Barbalho, Alexandre (orgs.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA.

BHABHA, Homi (2006). **O local da cultura**, Belo Horizonte, Editora UFMG.

COSTA, Sérgio. "Pós-colonialismo e *différance*", in: **Dois Atlânticos: Teoria social, Antiracismo e Cosmopolitismo**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006

FRASER, Nancy. "A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação". Texto da conferência de abertura do colóquio "Globalização: Fatalidade ou Utopia?" (22-23 de Fevereiro de 2002), organizado em Coimbra pelo Centro de Estudos Sociais e publicado na revista virtual **Eurozine**.

\_\_\_\_\_ (2001). "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In **Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília, Editora UNB.

GAUTIER, Ana M. (2003). "Indicadores culturais para tempos de desencanto", in UNESCO (Org.) **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília, UNESCO Brasil.

GORSKI, Glacy e LEAL, Fernanda. *Nossa diversidade possível: o avesso do avesso?* 13º Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, Maceió (AL), 2007.

HALL, Stuart (2006). "A questão multicultural" In **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

LACLAU, Ernesto. "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", **CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano)**, Amsterdã, Outubro de 1983.

\_\_\_\_\_ (2006). "Inclusão, exclusão e a construção de identidades", in: Amaral, Aécio e Burity, Joanildo (ed.) **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo, Annablume.

MELUCCI, Alberto. (2001). **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**, Petrópolis, Editora Vozes.

\_\_\_\_\_ (2005). **Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

MOUFFE, Chantal. "Democracia, cidadania e a questão do pluralismo". **Revista Política e Sociedade**, n.3. p.11-26, Outubro de 2003.

PINTO, Célia Regina. *Quem tem direito ao "uso do véu"?* Uma contribuição para pensar a questão brasileira. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.377-403.

RUBIM, Antonio (2007). "Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios" in: Barbalho, Alexandre; Rubim, Antonio (orgs.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA.

\_\_\_\_\_ "Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos". **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan/jun. 2008.

SARAVIA, Enrique (2001). "Política e estrutura institucional no setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai" in: **Cultura e democracia Vol. 1**. Cadernos do Nosso Tempo, Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura.

SEMPRINI, Andrea. 1999. **Multiculturalismo**. Santa Catarina, EDUSC.

**DOCUMENTOS CONSULTADOS NA INTERNET:**

“Dez chaves para entender a Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural”. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/pnc>.

“Caderno de diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura”. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/pnc>.

“Programa Mais Cultura”. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/crianca-e-adolescente/politicas-publicas-1/Programamaiscultura>.

“Plano Municipal de Cultura”. Secretaria de Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural da cidade do Recife. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br>.